TERMO JUSTIFICATIVO

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de **Santa Quitéria/CE**, instituída pela **Portaria nº 040/2021 de 23 de janeiro de 2023,** através da **Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento Turístico,** vem justificar o procedimento de dispensa de licitação, nos termos adiante.

Dispensa de Licitação n.º **PCS- 0127012023-SECULT**
Objeto: Aquisição de refeições prontas, para atender a necessidade da secretaria de Cultura e Desenvolvimento Turístico do município de Santa Quitéria/CE

1 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A razão desta aquisição se encontra devidamente justificada pela necessidade da aquisição de refeições que se torna necessária, haja vista a necessidade de atender servidores e eventuais prestadores de serviços a serviços da municipalidade de forma adequada por ocasião de realizações palestras, cursos ou visitas de técnicos de interesse da Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento Turístico do Município de Santa Quitéria/CE.

2 – JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:

A supremacia do interesse público fundamenta a exigência como regra geral de licitação para contratação da Administração Pública. No entanto existem hipóteses em que a licitação formal seria impossível ou frustraria a própria consecução dos interesses públicos. Obviamente, nesses casos, a realização da licitação viria tão somente sacrificar o interesse público, motivo pelo qual o legislador concedeu ao administrador a faculdade de dispensar o certame nos casos expressamente previstos.

Assim, é de se concluir que, em se tratando de contrato administrativo, a dispensa deve ser a exceção, ocorrendo apenas nos restritos casos autorizados pela lei. Essa previsão é plenamente justificável quando a hipótese se encaixar nos cânones legais enunciados nos distintos casos em que o contrato a ser travado pode ser concretizado independentemente de licitação.

Em razão, de os serviços essenciais não poderem sofrer situação de continuidade, e entre esses o fornecimento pretendido é imprescindível, de uso, que se destina especialmente a execução dos serviços públicos para fruição e manutenção do desenvolvimento do conhecimento desejado.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO - P. M. DE SANTA QUITÉRIA
30
Página

3 – FUNDAMENTO JURÍDICO:

Como é sabido, a licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional, para toda Administração Pública, conforme ditames do artigo 37, XXI da CF/88, e da Lei Federal nº 8.666/93, ressalvados os casos em que a administração pode ou deve deixar de realizar licitação, tornando-a dispensada, dispensável e inexigível.

> *"Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência." E também, a seguinte:*
>
> *(...)*
>
> *XXI – **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável a garantia do cumprimento das obrigações."*
>
> ***(Grifado para destaque)***

4 – FUNDAMENTAÇÃO DA DISPENSA:

O caso em questão se enquadra perfeitamente no dispositivo em que a lei classifica como licitação dispensável, pois a justificativa da contratação já delineada no Projeto Básico, parte integrante deste processo administrativo, fica caracterizada como tal.

Segundo a Lei Federal nº 8.666/93, em hipóteses tais, a administração pode efetivamente realizar a **contratação direta** para o fornecimento pretenso, mediante dispensa de licitação, conforme artigo 24, II do referido diploma, *in verbis*:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO - P.M. DE SANTA QUITÉRIA - 35 Página

"Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

***X – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior** e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)"*

(Grifado para destaque)

Esse contexto foi reformulado por força do Inciso II, art. 1º, do Decreto Federal nº 9.412/2018, atualizando os valores a serem dispensados em cada caso. E para o presente processo o valor atualizado se concentrou em dezessete mil e seiscentos reais.

Por tudo exposto, resta sobejamente provado que a Dispensa de Licitação para o fornecimento pretendido, mostra-se indispensável.

Desse modo, a hipótese tratada apresenta-se como um dos casos em que a administração pode *(e deve)* efetivamente dispensar o processo licitatório, realizando a contratação direta, conforme estabelece o artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

5 – RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA:

A escolha recaiu sobre o fornecedor: **GIOVANNA SIQUEIRA ARAGAO,** inscrita no **CNPJ: 36.813.536/0001-73**

Considerando as cotações de preços, comprova-se que a contratação se dá considerando as melhores propostas, para que não haja prejuízo à Administração.

Vê-se, pois, que a administração contrata a empresa que oferece a proposta mais vantajosa, conforme os ditames da Lei n° 8.666/93. No presente caso, fora a empresa supracitada, sobre a qual recaiu a contratação, apresentando o menor valor global, justificando proposta mais vantajosa para a Administração.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO - P. M. DE SANTA QUITÉRIA
32
Página

6 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Municipal deve ser meta permanente de qualquer administração.

Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, sendo a justificativa do preço um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos, a teor do inciso III, do parágrafo único do artigo 26 da lei de licitações.

Tratando-se de licitação dispensável, ou seja, quando em tese há a possibilidade de competição, mostra-se pertinente a realização de pesquisa de preço colimando apurar o valor de mercado da referida contratação.

Através de coletas de preços, restou devidamente comprovado que os valores a serem pagos ao possível contratado encontram-se em conformidade com a média do mercado específico, segundo projeto básico constante dos autos. Assim, vale ressaltar que o preço a ser pago encontra-se em conformidade com o menor preço do mercado específico, e que o valor total do fornecimento será de R$ 14.625,00 (quatorze mil, seiscentos e vinte e cinco reais), conforme especificado no quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
1	REFEIÇÃO TIPO INDIVIDUAL – contendo no mínimo: 2 tipos de proteínas (bovina, frango, suína ou peixe), 3 opções de acompanhamentos (arroz, macarrão, feijão, baião de dois), 1 tipo de salada (salada crua ou cozida) e 1 suco de fruta	Unidade	750

7 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS:

Os recursos necessários ao custeio da despesa oriunda com a presente contratação encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal e correrão por conta da classificação abaixo discriminada:

2601 – Sec. de Cultura e Desenv. Turístico
13 122 0002 2.094 – Manutenção E Funcionamento Da Secretaria De Cultura E Desenvolvimento Turístico
Elemento De Despesas: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo

Pelo exposto, submetemos o presente Processo Administrativo de Dispensa e anexo à apreciação da Assessoria Jurídica deste Município, para o devido conhecimento e, verificada a oportunidade e conveniência para esta Pública Administração, RATIFICAR o presente Termo de Justificativa de Dispensa de Licitação.

Santa Quitéria /CE, 30 de janeiro de 2023

COMISSÃO DE LICITAÇÃO - P. M. DE SANTA QUITÉRIA
33
Página

JOSÉ FABIANO VIEIRA
Presidente da Comissão de Licitação

LÍVIA MARIA FARIAS DE MESQUITA
Membro da Comissão de Licitação

FRANCISCA DAS CHAGAS SOUSA DA SILVA
Membro da Comissão de Licitação